concluir sua elaboração ou ainda interrompidos por aqueles que tentam adivinhar o conteúdo de sua fala" (OLIVEIRA, 2013,
p. 966, grifo da autora). Conforme a autora, "há um grande esforço dos sujeitos com deficiência para permanecer na escola, vista como ambiente inóspito, onde passam por situações constantes de isolamento e indiferença cultural e institucional" (OLIVEIRA, 2013, p. 966). Aspilicueta et al. (2013) indicando que um professor que não planeja suas aulas levando em consideração os alunos com deficiência prejudica muito o aprendizado destes. Nesse sentido, escamotear a deficiência favorece a exclusão em salas de aula marcadas pela diferença. Ignorar a diferença e necessidade do aluno deficiente acaba sendo um fator que acentua a exclusão do aluno em relação ao resto dos alunos. Precisamos reconhecer a dimensão política da acessibilidade, como destacam Lima, Carvalho- Freitas e Santos (2013, p. 370) quando falam que "o espaço não é um continente neutro da vida (...). Ele configura experiências, cria ou obstrui possibilidades, sendo um produto de escolhas da sociedade, dependente do contexto histórico, político e do desenvolvimento do conhecimento". Por isso o modelo de casas, ruas, escolas e demais ambientes de circulação pública indicam a quem esse tipo de estrutura foi planejada, quem possui a "capacidade" de fazer uso total e irrestrito. Em uma pesquisa sobre acessibilidade urbana realizada com oito cadeirantes, Lima, Carvalho-Freitas e Santos (2013) encontrou relatos de constrangimento e humilhação por necessitarem de auxílio para se locomoverem, por calçadas não estarem adaptadas, muitos locais sem rampas de acesso, e quando possuem, algumas estavam bloqueadas ou foram indevidamente construídas. Por conta dessa falta de acesso, muitos cadeirantes optam por não frequentarem shoppings, restaurantes, ambientes públicos, passeios escolares e demais locais onde possam passar por algum tipo de constrangimento (LIMA; CARVALHO-FREITAS;
SANTOS, 2013). O ambiente escolar, que deveria ser de integração e preparo para o convívio em sociedade, acaba sendo um fator limitador e atenuante do sentimento de exclusão. Segundo Oliveira (2013), "a invisibilidade das pessoas com deficiência nos espaços da escola ocorre devido à sua não participação na vida cultural, sendo necessário assumirem a identidade de pessoa com deficiência condizente com sua condição de cidadão". A autora também mostra que é de extrema importância que esses alunos participem de coletivos em prol de melhorias para suas condições de acesso à cultura, educação e lazer.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com os avanços na legislação e com maior notoriedade e representatividade de pessoas com deficiência em diversos setores culturais e públicos, essa questão ainda merece ser muito debatida e evoluída. Um dos principais fatores que devem ser melhorados é a acessibilidade, confundido com inclusão. Os alunos que dependem de necessidades especiais necessitam ter acesso à condições satisfatórias de ensino, cultura e lazer, que respeitam suas limitações, não apenas ter acesso às escolas e não possuir nenhum suporte da instituição.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978. Assegura aos Deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 out. 1978. Seção 1, p. 16857. Disponível em: . Acesso em: 06 set. 2020.

LIMA, S. S. C.; CARVALHO-FREITAS,
M. N.; SANTOS L. M. M. Repercussões psicossociais da acessibilidade urbana para as pessoas com deficiência física. Psico, v. 44, n. 3, p. 362-371, jul./set. 2013. Disponível em: . Acesso em: 05 set. 2020.

OLIVEIRA, C. B. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55,
p. 961-984, out./dez. 2013. Disponível em: . Acesso em: 05 set. 2020.

SASSAKI, R. K. Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos; reabilitação, emprego e terminologia. São Paulo: RNR, 2003.

LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO: DIÁLOGOS

FRANQUELENE DONAI BARROS PEREIRA FORTUNATO

RESUMO

A habilidade de ler e escrever é uma das principais habilidades ensinadas pelas escolas e gerou uma imensa bibliografia na área de Pedagogia. O presente artigo mostra como a noção de letramento pode ajudar o docente a melhorar o seu trabalho. O letramento compreende que a leitura não é apenas um processo de decodificação do alfabeto, como alguns métodos de alfabetização estabelecem, mas o domínio de diversas habilidades, como a compreensão do papel social de um texto, sua função. Desse modo, é possível que um sujeito seja alfabetizado,

mas não letrado, ou seja, consiga decodificar o alfabeto e não compreender o que lê porque não reconhece o gênero e o papel social daquele texto. O artigo distingue entre alfabetização e letramento, mostrando uma atividade que poderá ser usada em sala de aula e que exemplifica o uso dessa noção na sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Letramento; Multiletramento.

1. INTRODUÇÃO

Até o presente momento, observa-se que a leitura tem um papel central no processo de ensino aprendizagem dos alunos. Como um processo complexo, o ensino de leitura depende de diversos fatores: processos perceptivos e lexicais por parte do aluno, conhecimento do professor para atuar no ensino e corrigir possíveis problemas, como a dislexia, atuação institucional da escola condizente com o ensino de leitura, promovendo uma gestão democrática e participativa, e a participação de outros espaços e atores, como bibliotecas e ONGs. Porém, sem um método de ensino de leitura adequado, há uma desarticulação de todos os fatores que contribuiriam para a aprendizagem dos alunos. Por exemplo, a gestão de uma escola pode permitir a participação de outros atores na escola, privilegiando um processo democrático, mas, se adotar, por exemplo, livros com temáticas estranhas ao cotidiano dos alunos, o clima criado pela gestão perde-se na sala de aula, gerando desinteresse por parte dos alunos.

Há, atualmente, face ao fracasso escolar, a emergência dos estudos de letramento. Antes, a alfabetização era entendida como capacidade de decodificar e codificar informações na língua escrita. Porém, diversos estudiosos mostram que, ao lidar com o texto escrito, o leitor acionaria diversas outras habilidades, como a descoberta de um mesmo referente para lexemas diferentes, ou mesmo a organização da informação conforme o gênero adotado pelo texto escrito. Por exemplo, um cidadão alfabetizado consegue decodificar informações escritas tanto em uma revista de informações gerais como em uma bula de remédio. Mas, para a apropriação adequada das informações dispostas nos dois textos, o leitor dependeria de outros conhecimentos. Processos de exclusão social geram também uma exclusão cultural. Ou seja, mesmo que o aluno atinja a chamada consciência fonológica, sem o complemento do método de letramento, ele não conseguirá ler, pois não possui os conhecimentos necessários à compreensão do texto.

O objetivo do presente artigo é mostrar como desenvolver a compreensão dos textos, ou seja, o letramento. Voltando ao exemplo dado, decodificar informações escritas tanto em uma revista de informações gerais como em uma bula de remédio, observa-se que o problema de leitura pode não estar ao nível de compreensão das correspondências entre grafemas e fonemas, mas em outros aspectos, o que demanda outros conhecimentos.

O primeiro, é o próprio peso à informação dada por cada texto. Enquanto em uma revista pode haver consulta a pessoas especializadas ou não sobre um determinado tratamento médico, a bula de um remédio, escorada por pesquisas científicas, mostra quais são as recomendações e as contraindicações descobertas pela comunidade científica, conforme regulações governamentais e médicas. A diferença percebida entre os dois textos não está no código escolhido, pois ambos escolheram a língua portuguesa escrita, mas no domínio do que significa cada tipo de gênero e qual é a sua implicação para o leitor.

Pode ocorrer, por exemplo, o contrário: alguém que, mesmo não sendo alfabetizado, domine as regras de um determinado gênero escrito. Por exemplo, uma pessoa pode, mesmo sem ser alfabetizada, conseguir obter as informações de um panfleto de um supermercado; apoiando-se nas fotos, o cidadão consegue descobrir os preços de um produto, mesmo não conseguindo ler o nome desses produtos. Saber que o panfleto serve para mostrar o preço de um produto é uma habilidade relativa à decodificação do gênero panfleto publicitário, sendo que as habilidades próprias à decodificação de um determinado gênero são próprias do que chamamos de letramento. Desse modo, o objetivo da escolarização, na área de linguagens, deveria ser não só o domínio do código escrito, mas do domínio desse código como aparece na esfera social, mediado pelos gêneros, entre outros elementos.

Avaliações institucionais sobre a educação mostram que, apesar do aumento da população alfabetizada do país, há uma dificuldade em obter informações dos textos com o seu devido peso. Dificuldades em interpretar, em comparar e em sintetizar as informações escritas relevantes denota uma educação voltada à alfabetização que não acessa as habilidades requeridas pelo letramento.

O vocábulo letramento, portanto, apesar de ser de uso recente, ajuda a evidenciar uma necessidade que surgiu a partir da constatação de que os alunos, mesmo alfabetizados, não conseguiam lidar de forma proficiente com os textos escritos. O que está faltando a esses alunos é o domínio social da ferramenta da escrita e da leitura. Ou seja, não basta somente saber ler e escrever, mas é preciso saber fazer uso dessa escrita e dessa leitura, conforme elas estejam inseridas na sociedade. O presente artigo, a partir de uma revisão bibliográfica, pretende mostrar a diferença entre alfabetização e letramento, ajudando os docentes a pensarem como melhorar as habilidades de leitura e escrita de seus alu-

nos. Ao final do artigo, será mostrado um exemplo de como aplicar o conceito de letramento em sala de aula.

2. ALFABETIZAÇÃO: O QUE É?

Do ponto de vista individual, o aprender a ler e escrever – alfabetizar-se, deixar de ser analfabeto, tornar-se alfabetizado, adquirir a "tecnologia" do ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e escrita – tem consequências sobre o indivíduo, e altera seu estado ou condição em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e até mesmo econômicos; do ponto de vista social, a introdução da escrita em um grupo ágrafo tem sobre esse grupo efeitos de natureza social, cultural, política, econômica e linguística. O "estado" ou a "condição" que o indivíduo ou grupo social passam a ter, sob o impacto dessas mudanças, é que é designado por literacy (letramento). (SOARES, 2001, p. 17/18)

No trecho acima, Soares faz uma importante distinção: de um lado, o domínio do código escrito, do outro, o impacto social que advém do domínio desse código. Retomando o exemplo do bilhete, exposto na introdução. Um filho, deixa, para a mãe, o seguinte aviso: "precisa comprar pão e leite". A alfabetização expressa a habilidade de transpor o código escrito no bilhete para o código oral. Porém, o bilhete não esgota sua informação nessa tradução do código escrito para o oral. O filho que deixa o bilhete acredita que a sua mãe não só saiba fazer essa decodificação, mas vai agir conforme ela, ou seja, espera que a sua mãe compre pão e leite e que os produtos estejam lá quando ele voltar. Ou seja, em um simples bilhete, é possível distinguir a habilidade relativa à alfabetização, a decodificação do código escrito em código oral, e a habilidade relativa ao letramento, a ação da mãe de comprar os produtos citados pelo filho no bilhete.

Pode-se observar bem essa diferença em um manual de alfabetização, como o Caminho Suave (Lima, 2015, p. 23):

Conforme a atividade proposta, observa-se que o objetivo é o de domínio do código alfabético escrito. No caso, a letra /b/ é apresentada conforme as suas possibilidades de combinações silábicas: /ba/, /be/, /bi/, /bo/ e /bu/. O domínio das letras e os seus sons correspondentes permite a quem acompanha tal cartilha a tradução do código escrito para o código oral, ou seja, a realizar a leitura de um texto em voz alta. Não há, nessa atividade, qualquer preocupação com o uso real da língua escrita, inserida na sociedade; o exemplo "eu vejo a barriga do bebê" serve somente para o domínio da decodificação da escrita.

A redução da alfabetização ao domínio do alfabeto e as suas combinações despertou diversas críticas, entre elas, aquelas feitas por Paulo Freire. Ao propor métodos para a alfabetização de adultos, Freire percebeu como a criação de frases fora de qualquer contexto social não contribuía, primeiro, com o próprio engajamento do educando:

seria impossível engajar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-be-bi-bo-bu, dos la-le-li-lo-lu. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse "enchendo" com suas palavras as cabeças supostamente "vazias" dos alfabetizados. Pelo contrário, enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa dever a ajuda do educador anular a sua criatividade e a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem. Na verdade, tanto o alfabetizador quanto o alfabetizando, ao pegarem, por exemplo, um objeto, como laço agora com o que tenho entre os dedos, sentem o objeto, percebem o objeto sentido e são capazes de expressar verbalmente o objeto sentido e percebido. (...) A alfabetização é a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral. Esta montagem não pode ser feita pelo educador para ou sobre o alfabetizando. Aí tem ele um momento de sua tarefa criadora (FREIRE, 1989, p. 13)

O que Freire, inicialmente, está criticando, é que o educando não consegue ser estimulado pela apresentação mecânica a fim de memorização do código alfabético. Desse modo, o que Freire está criticando, de forma implícita, é que, em cartilhas como Caminho Suave, está ausente a esfera social, ou seja, quais ações alguém que domina o código da escrita e da leitura pode se inserir a partir de tal habilidade. Freire não chegou a chamar isso de letramento, mas a experiência que ele está mostrando é justamente essa.

Se no processo de ensino-aprendizagem a alfabetização, conforme o modelo de memorização apresentado, causa um desengajamento do educador e do educando, suprimindo a esfera de uso efetivo da língua escrita, ela também se mostra insuficiente em criar leitores e escritores proficientes.

Considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e de usar es-

sas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida. Em todo o mundo, a modernização das sociedades, o desenvolvimento tecnológico, a ampliação da participação social e política colocam demandas cada vez maiores com relação às habilidades de leitura e escrita. A questão não é mais apenas saber se as pessoas conseguem ou não ler e escrever, mas também o que elas são capazes de fazer com essas habilidades. Isso quer dizer que, além da preocupação com o analfabetismo, problema que ainda persiste nos países mais pobres e também no Brasil, emerge a preocupação com o alfabetismo, ou seja, com as capacidades e usos efetivos da leitura e escrita nas diferentes esferas da vida social (RIBEIRO, 2006, p. 2).

O que Ribeiro mostra no trecho acima é que a realidade apontada pelo analfabetismo funcional é o mesmo da falta de letramento, ou seja, que o domínio do código escrito não está inserido socialmente. Segundo dados do Censo em 2009, "são considerados analfabetos funcionais 20,3% dos entrevistados com 15 anos ou mais de idade no Brasil, sendo que 20,9% dos homens estão em situação de analfabetismo funcional e entre as mulheres 19,8% são analfabetas funcionais" (SOUZA, 2012, p. 7). Ou seja, praticamente um quinto da população brasileira está alfabetizada, mas não está letrada.
Mesmo com o aumento da escolarização, a população brasileira mostra-se incapaz de atuar nos círculos sociais nos quais é necessário utilizar a escrita e a leitura. Por isso, a conceituação do que seja letramento e de como desenvolvê-lo é vital para que haja um salto de qualidade na educação brasileira.

3. LETRAMENTO: O QUE É?

O adjetivo letrado, e seu feminino letrada (...) serão usados para caracterizar a pessoa que, além de saber ler e escrever, faz uso frequente e competente da leitura e da escrita. (...) o pressuposto é que quem aprende a ler e a escrever e passa a usar a leitura e a escrita, a envolver-se em práticas de leitura e escrita, torna-se uma pessoa diferente, adquire um outro estado, uma outra condição. (SOARES, 2001, p. 36)

Desse modo, ser letrado irá criar impacto na vida da pessoa em diversas esferas: na cultura, pois o letrado passa a ter relação com os bens culturais escritos; social, pois se insere em situações na quais espera-se que saiba reagir ao texto escrito; linguístico, pois passa a usar recursos linguísticos diferentes daqueles que caracteriza a oralidade, e até cognitivo, "a pessoa passa a ter uma forma de pensar diferente da forma de pensar de uma pessoa analfabeta ou iletrada" (SOARES, 2001, p. 37). Pode-se retomar o exemplo dado por Paulo Freire no capítulo anterior.

Decodificar o alfabeto, ou seja, transpor a escrita em língua oral, não insere o educando no uso real da língua escrita. O que se espera de um letrado é que ele saiba, a partir do texto escrito, apreender a informação relevante. Por exemplo, o letrado passa a poder consumir as experiências reunidas na literatura, seja lendo romance, poesia ou qualquer outro gênero. O contato com tais bens culturais impacta o uso oral da língua.
No texto escrito, o escritor explora uma expressividade diferente da língua, seja pela forma de argumentar, descrever ou narrar. O contato com essas diferentes formas de uso linguístico cria, no letrado, um manancial de recursos que ele pode atualizar no uso diário da sua língua. Além disso, o letrado sabe reagir ao texto escrito: um fato narrado em um romance será interpretado de forma diferente a um fato narrado em uma reportagem. O primeiro, pressupõe que seja uma ficção, enquanto o segundo há o compromisso do jornalista de relatar os fatos da forma mais verdadeira possível. O contato com a cultura escrita permitirá que o leitor apreenda nuances ainda maiores, como a postura ideológica de determinado jornal, que se reflete nas reportagens.
O aspecto cognitivo do letrado será modificado por isso: ele possuirá um repertório de usos linguísticos e situações expostas nos textos que permitirá um raciocínio mais amplo, pois o letrado está exposto a diferentes situações expostas pelos textos. O que faz a ligação entre o alfabeto como código e o uso da escrita na sociedade é o gênero.
Um dos teóricos que conceituaram a questão do gênero foi Bakhtin, que concebe o gênero como "tipos de enunciados, relativamente estáveis e normativos, que estão vinculados a situações típicas da comunicação social" (RODRIGUES, 2004, p. 424). Assim, como Bakhtin concebe os gêneros do discurso? Uma primeira observação é a de que a abordagem do autor concretiza-se pelo ângulo sócio-histórico, articulando as dimensões histórica e normativa dos gêneros e enfatizando a sua relativa estabilidade (a relação entre o dado e o novo).Uma segunda, decorrente da primeira e já mencionada anteriormente, é a de que o seu conceito de gênero não se limita àquelas formas de discurso social que alcançaram uma determinada valoração ideológica (aquelas que são objeto de estudo da Poética e da Retórica), justamente porque concebe o gênero como uma forma concreta e histórica, necessariamente presente em todas as manifestações discursivas. (RODRIGUES, 2004, p. 424)

Ou seja, o gênero é responsável por fazer a inserção sócio-histórica de um determinado discurso, o que implica a compreensão desse discurso na sua dimensão social. Retomando um exemplo dado, é diferente se, em um romance, está escrito "o presidente foi deposto" e se o mesmo escrito está na manchete de primeira página de um jornal. A habilidade de diferenciar o peso dessa informação conforme o gênero não está dado no código escrito, no alfabeto, mas no uso real da escrita. Compreender como a informação escrita é impactada pelo gênero adotado é a principal habilidade demandada por um letrado.
Quando Paulo Freire cita que a escrita não está inserida na realidade, ele está apontando justamente para o elemento que ancora o discurso na realidade histórica e social: o gênero.
O letramento, portanto, gera uma nova situação na escola:

A escola, entendida, no nosso contexto sociocultural, como a principal agência do letramento, tem por objetivo maior ampliar as experiências de letramento dos alunos, isto é, promover eventos de letramento relevantes para a formação de sujeitos amplamente letrados. Espera-se que os alunos, ao final da escolarização, tenham condições de se inserir com autonomia e segurança nas diversas práticas de letramento, inclusive e principalmente aquelas mais valorizadas por uma sociedade, compreendendo (criticamente) e produzindo os gêneros relativos a tais práticas. (MENDONÇA, 2007, p. 49)

Ou seja, com a percepção de que o letramento é o principal trabalho a ser realizado pela escola, é preciso, portanto, inserir o educando nas diferentes práticas sociais de leitura e escrita. O trabalho não é mais o de memorização do alfabeto e suas combinações, mas a reflexão sobre textos inseridos na história e na sociedade. O gênero surge como o conceito mediador do letramento: quanto maior o domínio de gêneros, maior a possibilidade de atuação social do educando.

4. EXEMPLO DE USO DE LETRAMENTO EM SALA DE AULA

Considerando o resumo anterior, cabe ao professor o trabalho com textos reais, inseridos na história e na sociedade; desses textos, a leitura será mediada pelo conceito de gênero, levando o educando à reflexão e à crítica dos textos. Um dos pontos relevantes nessa metodologia será a diversidade de textos oferecidos aos educandos, o que implica o conceito de multiletramento. Tal conceito reflete "a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica" (ROJO, 2012, p. 13). Desse modo, devido às mudanças sociais e culturais que a sociedade contemporânea vem passando, exige-se que o letramento seja mais variado. O tempo contemporâneo é marcado pela multiplicidade de culturas:

O que hoje vemos à nossa volta são produções culturais letradas em efetiva circulação social, como um conjunto de textos híbridos de diferentes letramentos (vernaculares e dominantes), de diferentes campos (dito "popular/ de massa/ erudito"), desde sempre, híbridos, caracterizados por um processo de escolha pessoal e política e de hibridização de produções de diferentes "coleções" (ROJO, 2012, p. 13)

Por exemplo, na obra Multiletramentos na escola (2012), Teixeira & Litron (2012) propõem o estudo do movimento mangue beat. Veremos como tal proposta se insere no letramento e também atende a essa demanda atual pelo multiletramento.
O Manguebeat foi um movimento surgido no começo dos anos 90 em Pernambuco, capitaneado por bandas como Edie e Chico Science e Nação Zumbi. Pela escolha do objeto, observa-se que várias camadas serão propícias à reflexão:

- A dualidade entre centro e periferia, pois Pernambuco está fora do eixo de cultura hegemônico no Brasil, o Sudeste;
- A utilização de variações linguísticas diversas, como a nordestina e a vernacular;
- Uso de diferentes mídias: música, textos (teorizações sobre o movimento) e clipes.

Teixeira & Litron (2012) organizaram a proposta de letramento em três eixos:
a) o mangue e a cidade; b) o mangue e a rede, e c) o mangue e a tradição. No primeiro eixo, os alunos devem refletir sobre a relação da cidade de Recife com o mangue. O mote é a análise da letra A cidade, de Chico Science, a qual possui o seguinte refrão:

A cidade não para A cidade só cresce O de cima sobe E o de baixo desce

Em um ensino voltado à alfabetização apenas, o estudo recairia no uso do alfabeto. Como a proposta é por letramento, o educando deve refletir: sobre a visão que o autor apresenta sobre a cidade; como essa visão, exposta em uma letra de música, dialoga com outros discursos, como o de jornais por exemplo; como a escolha do gênero canção implica uma construção diferente do texto, pois há o apoio de elementos musicais.
No segundo eixo, o mangue e a rede, os alunos

devem pesquisar sobre o movimento. O objetivo é que o aluno domine e utilize a forma textual própria da internet, o hipertexto, a fim de obter informações sobre o movimento manguebeat. Assim, a prática de leitura é diferente daquela proposta em um livro: da leitura linear para a leitura simultânea e entrecortada.

No último eixo, mangue e tradição, é estudado como o movimento retoma elementos da cultura pernambucana em uma outra chave, misturando elementos tradicionais, como o frevo, com elementos modernos, como o rock. O educando deve refletir sobre dicotomias como periferia-centro e antigo-moderno para compreender a profundidade dos textos estudados.

Com isso, esse trabalho de letramento impacta as esferas descritas no quadro anterior: social, pois reflete a organização da cidade; histórica, pois o manguebeat é um movimento que surgiu devido às demandas históricas do início dos anos 90; cultural, pois o educando deve refletir sobre o diálogo da sua cultura tradicional (frevo) com a cultura de massa (rock), linguístico, pois o aluno se apossa das diferentes formas de organizar o texto (como o hipertexto), e cognitivo, pois o aluno desenvolve instrumentos para interpretar a cidade na qual está inserido e agir conforme essa nova consciência.

Com isso, o letramento pode desembocar nas possibilidades práticas de que os alunos se transformem em criadores de sentidos. Para que isso seja possível, é necessário que eles sejam analistas críticos, capazes de transformar (...) os discursos e significações, seja na recepção ou na produção. (ROJO, 2012, p. 29)

Ou seja, o processo final do letramento cria a possibilidade de que a escola ajude o educando a agir realmente na cultura, tanto como produtor como receptor.

O conceito de multiletramento também permitiria a junção de diferentes linguagens, aspecto tão comum quando lidamos com a recente Era da Informação, na qual, via internet, os textos apresentam-se de formas variadas, utilizando linguagem oral, escrita, visual, etc. O uso de canções, como no exemplo dado, também propicia a consciência fonológica, pois o gênero exige o domínio oral da letra escrita.

CONCLUSÃO

Este estudo trouxe a ideia de ânsia da leitura e da escrita, no campo de atuação docente, como elementos para a aquisição de conhecimento, imprescindível ao exercício docente consistente e consequente, como o que se busca objetivar na escola fundamental pública. Sobretudo, a relevância da leitura e escrita da própria ação, pesquisa, para melhorias oferecer na prática pedagógica. O domínio da leitura depende do letramento, conforme mostramos no trabalho.

A noção de letramento contribui tanto para a descrição do atual momento da escola como para o planejamento e a baliza das ações que a escola deve tomar para impactar, de forma verdadeira, a vida do educando.

Inicialmente, foi visto que a alfabetização é a habilidade de domínio do código escrito. Desse modo, um sistema de cartilha apresenta o alfabeto e leva o educando a memorizar como codificar a sua língua oral em língua escrita. Nesse domínio da leitura e escrita, não importa o impacto que a escrita tem em outras esferas, como a social, a histórica, a cultural, a linguística e a cognitiva. Considerando que a escrita pode ser refletida em todas essas esferas, a redução da alfabetização ao domínio do código escrito não engaja o aluno na sua própria educação.

O conceito de letramento supre essa falta. A partir da ideia de gênero, todo discurso passa a ser visto em suas dimensões sociais, históricas e culturais, o que não só desenvolve a capacidade linguística do educando como modifica até mesmo o seu aspecto cognitivo. Assim, o trabalho do aluno deixa de ser o de memorização da ferramenta alfabeto para a reflexão e crítica dos textos circulantes na sociedade.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam.
23. ed. São Paulo: Autores Associados, Cortez: 1989.

LIMA, B. A. Caminho Suave. 37. ed. São Paulo: Edipro, 2015.

MENDONÇA, M. Gêneros: por onde anda o letramento? In: SANTOS, C. F. & MENDONÇA, M. Alfabetização e letramento: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MICHAELIS. Dicionário Michaelis. Disponível em: michaelis.uol.com.br. Acesso em: 29/02/2020.

RIBEIRO, V. M. Analfabetismo e alfabetismo funcional no Brasil. In: Boletim Inaf. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, jul-ago. 2006.

RODRIGUES, R. H. Análise de gêneros do discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 4, n. 2, p. 415 – 440, jan/jun. 2004.

ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, R. & MOURA, E. (org.) Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.